

UMA PESQUISA SOBRE OS FATORES LIMITANTES DA GESTÃO DO CAPITAL DE GIRO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE ARINOS-MG

A RESEARCH ON THE LIMITING FACTORS OF THE WORKING CAPITAL MANAGEMENT IN MICRO AND SMALL COMPANIES IN THE CITY OF ARINOS-MG

Paloma Lopes Oliveira

Discente no Curso de Administração no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

Raquel Aparecida Alves

Mestre em Agronegócios pela Universidade de Brasília. Docente na Faculdade CNEC Unai

RESUMO

O estudo em questão discute os fatores limitantes da gestão do capital de giro em MPEs em uma pequena cidade do Noroeste do estado de Minas Gerais ao propor o seguinte questionamento: Quais são os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas no município de Arinos-MG? Para responder à questão levantada, os objetivos geral e específicos foram compreender os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas, levantar o perfil dos gestores, descrever os instrumentos, as ferramentas e metodologias usadas para gerir o capital de giro e investigar as fontes de capital de giro e como ocorre o fluxo desses recursos. De natureza quantitativa e descritiva, a pesquisa se serviu de um formulário de pesquisa da plataforma Google Forms para questionar, via WhatsApp, vinte e nove gestores de MPEs do ramo de comércio varejista de produtos em geral que possuem empresas com mais de três anos, vendem a prazo e são classificadas como micro e pequenas empresas de acordo com a Lei n.º 123/2006. Os resultados apontam que os fatores que contribuem e os problemas enfrentados giram em torno do pouco prazo para pagamento de fornecedores, pagamento de juros e impostos além da necessidade de empréstimo e burocracia para captar recursos e não ter disponibilidade dos documentos exigidos pela instituição financeira; e as principais conclusões giram em torno da necessidade do gestor em continuar buscando aprendizado e aperfeiçoar a prática para minimizar os impactos da escassez de capital no curto prazo.

Palavras-chave: 1. Capital de Giro. 2. Gestão do Capital de Giro 3. Micro e Pequenas Empresas.

ABSTRACT

The study in question discusses the limiting factors of working capital management in SME in a small city in the northwest of the state of Minas Gerais by proposing the following question: What are the limiting factors of working capital management in micro and small companies in Brazil municipality of Arinos-MG? To answer the question raised, the general and specific

objectives were to understand the limiting factors of working capital management, raise the profile of managers, describe the instruments, tools, and methodologies used to manage working capital, and investigate the sources of working capital and how these resources flow from micro and small companies. Of a quantitative and descriptive nature, the survey used a survey form from the Google Forms platform to question, via WhatsApp, twenty-nine managers of SME in the retail trade of products in general who have companies with more than three years, sell and are classified as micro and small companies according to Law No. 123/2006. The results show that the factors that contribute to and the problems faced revolving around the short term for payment of suppliers, payment of interest, and taxes, in addition to the need for a loan and bureaucracy to raise funds and not having the documents required by the financial institution; and the main conclusions revolve around the manager's need to continue seeking learning and improve the practice to minimize the short-term impacts of capital scarcity.

Keywords: 1. Working Capital. 2. Working Capital Management 3. Micro and Small Enterprises.

1 INTRODUÇÃO

O capital de giro é o somatório de todos os recursos demandados a curto prazo na empresa, sendo o capital necessário para financiar as operações da empresa, como afirmam Braga e Marques (2001) e Corrêa (2012). Os autores ressaltam que toda empresa deve mantê-lo no mínimo possível, pois os ativos circulantes devem ser suficientes para cumprir/honrar os passivos circulantes.

É um desafio para micro e pequenas empresas (MPEs), principalmente pelo fato da gestão ineficiente, gerar problemas de liquidez (ausência de recursos para pagamentos), estoques e conflitos ao tomar decisões (SANTOS; DELFINO, 2019).

As empresas que conseguem ter boas práticas de gestão financeira são menos propensas a contrair problemas financeiros e estão preparadas para eventuais acontecimentos fora do seu planejamento. Para Ferreira *et al.* (2011), com o acompanhamento das despesas advindas desses recursos, é possível identificar a real situação financeira do negócio para a tomada de decisões. Por isso, a gestão do capital de giro vem sendo reconhecida como um indicador importante para o equilíbrio financeiro para as MPEs.

Neste estudo intenciona-se saber quais são os fatores limitantes na gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas da cidade de Arinos-MG. Espera-se que os resultados da pesquisa contribuam para propor medidas que aperfeiçoem ações e que tenham influências

positivas sobre a administração do capital de giro das empresas que, por sua vez, precisam compreender a importância dessa gestão para a sua sobrevivência.

O trabalho está estruturado nas seguintes seções: a introdução, em que se apresenta a problemática, a justificativa, os objetivos geral e específicos e a revisão teórica; a metodologia; a apresentação e análise dos resultados; a conclusão e as referências bibliográficas.

1.1 Problemática

Dentre as funções do administrador financeiro está a gestão do capital de giro que ocupa grande parte do tempo por estar relacionada com as decisões do dia a dia. Segundo Santos e Wagner (2005) a qualificação profissional do gestor de MPEs é um dos motivos que influencia a gestão do capital de giro, entretanto, em empresas pequenas, o responsável pela gestão financeira é o proprietário ou um funcionário de extrema confiança que, por sua vez, deverá ter um pouco de conhecimento em todas as outras áreas.

Desse modo, a falta de qualificação profissional dos gestores é um dos motivos que dificultam o processo de gestão do capital de giro devido à simplicidade conceitual aplicada na gestão das empresas (SANTOS; DELFINO, 2019). Segundo Dutra e Previdelli (2005) os gestores de MPEs precisam buscar conhecimento e disponibilizar tempo para atividades gerenciais, posto que suas empresas alcançam indicadores insuficientes de desempenho empresarial.

Das seis principais causas de falência, três estão relacionadas a ações do empresário que levam à deterioração da saúde financeira do negócio, sendo que um dos principais equívocos diz respeito à falta de atenção ao capital de giro (SEBRAE, 2014).

O estudo do capital de giro é fundamental para a administração financeira, porque a empresa precisa recuperar todos os custos e despesas (inclusive financeiras) ocorridas durante o ciclo operacional e obter o lucro desejado, por meio da venda do produto ou prestação de serviço (HOJI, 2018, p. 111).

Em outras palavras, a ausência ou má gestão do capital de giro pode comprometer os lucros finais desejados, apontar problemas nas contas, como déficits, falta de fundos para investimentos e a necessidade de alocação e/ou realocação de capital por meio de empréstimos. Tais fatos podem levar às empresas à falência.

Nesse contexto é que se insere a questão de pesquisa proposta: **Quais são os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas no município de Arinos-MG?**

1.2 Justificativa

A principal motivação que sustenta o estudo é a importância que as micro e pequenas empresas possuem no mercado, gerando emprego e renda e movimentando a economia local. Mesmo possuindo grande relevância, as taxas de sobrevivência dessas empresas mostram sua fragilidade; dados do SEBRAE (2014), por exemplo, revelam que no ano de 2013 24,4% fecharam as portas com menos de dois anos de existência, sendo que em 39% dos casos os micro e pequenos empresários não sabiam que o capital de giro é necessário para abrir e manter o negócio.

Segundo Raupp (2001) outro aspecto que merece especial atenção é a necessidade de inovações tecnológicas e organizacionais na gestão das pequenas empresas; quando o micro ou o pequeno empresário busca recursos para sua empresa encontra na burocracia grandes dificuldades, dentre elas, as altas taxas de juros.

Os lucros obtidos nas vendas de seus produtos não cobrem estes juros. Assim, verifica-se que o micro e o pequeno empresário necessitam de tempo e de dinheiro, para atender a todas as exigências, mesmo que o valor do financiamento seja mínimo, e, mesmo assim, não conseguem muitas vezes, alcançar seus objetivos, o que acaba levando o micro ou pequeno empresário à falência (VITORINO; DOMÍNGUES; YOSHITAKE *et al.*, 2009, p. 3).

Considera-se, nesse cenário, a relevante representatividade das MPEs no país e a forte tendência de crescimento desse gênero:

As Micro e Pequenas Empresas já são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor). No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios (SEBRAE, 2014, p. 6).

As MPEs têm um papel relevante enquanto “agentes sociais” cujo poder socioeconômico é muito relevante. Ocupando função social, destacam-se gerando empregos, recolhendo tributos, movimentando a economia e envolvendo os trabalhadores durante um

período em que se estabelece diversas relações com outros profissionais. Ao cumprir esses papéis ainda contribuem para a redução da desigualdade social.

Nesse sentido, a pesquisa pode contribuir para o esclarecimento e aprendizado de novos gestores. Pode também ser útil, enquanto leitura, para outros pesquisadores do tema e para fins de aquisição de conhecimentos por parte de estudantes que se interessam pelo assunto.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender os fatores limitantes da gestão de capital de giro nas micro e pequenas empresas no município de Arinos-MG.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Levantar o perfil dos gestores das MPEs no município de Arinos.
- Descrever os instrumentos, as ferramentas e metodologias nas micro e pequenas empresas para gerir o capital de giro.
- Investigar as fontes de capital de giro das micro e pequenas empresas e como ocorre os fluxos desse recurso.
- Identificar os fatores que contribuem para a necessidade de capital de giro e os problemas enfrentados pela gestão do capital de giro nas empresas.

1.4 Micro e Pequenas Empresas

As definições de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) são apresentadas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006 em que se considera microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e define micro e pequenas empresas como: I - no caso da microempresa, auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e II - no caso de empresa de pequeno porte,

aufferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2020).

Os critérios adotados para classificar uma empresa podem ser pelo porte, que é determinado pelo faturamento anual e pelo número de empregados segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2017). A classificação por porte é apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação das Empresas por Porte.

Classificação	Receita Operacional Bruta (ROB) / Renda Anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 360 mil.
Pequena empresa	Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões.
Média Empresa	Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões.
Grande Empresa	Maior que R\$ 300 milhões.

Fonte: Lemes Júnior e Pisa (2019, p. 112).

Já a classificação pelo número de colaboradores, conforme o SEBRAE (2016), é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação das Empresas por Número de Funcionários.

Classificação	Indústria	Comércio e Serviço
Microempresa	Até 19.	Até 9.
Pequena empresa	De 20 a 99.	De 10 a 49.
Média empresa	De 100 a 499.	De 50 a 99.
Grande empresa	500 ou mais.	100 ou mais.

Fonte: Lemes Júnior e Pisa (2019, p. 112).

A Lei Complementar nº 128/2008 criou o microempreendedor individual que também está assegurado na Lei Complementar nº 123/2006 em que se cria condições para o trabalhador informal trabalhar como microempresa, obtendo registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e emissão de nota fiscal, possibilitando também empréstimos e benefícios como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por idade e invalidez, entre outros

(BRASIL, 2008; BRASIL, 2006). Júnior e Pisa (2019) definem como MEI o empresário individual que exerce atividade econômica, seja produzindo, circulando, industrializando ou comercializando bens e serviços. Para se enquadrar no MEI é necessário não ter participação em outra empresa como sócio ou titular, ter no máximo um empregado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria e não ultrapassar o limite de faturamento de oitenta e um mil reais no ano-calendário.

“O MEI usufrui de benefícios mais amplos, entre eles a garantia de que todos os custos relativos à abertura, alvará, licença, funcionamento, alterações, entre outros, estão reduzidos a zero” (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019, p. 246). Os autores ainda ressaltam que o apoio à atividade empreendedora, seja oriundo de políticas de investimento governamentais ou não governamentais, de iniciativa privada ou investidores, é fundamental para a implantação e a continuidade das micro e pequenas empresas, sendo que no Brasil existe uma série de organizações orientadas para essa finalidade.

Segundo dados do SEBRAE (2016) o número de micro e pequenas empresas representa 99% dos empreendimentos no Brasil e contribuem para o desenvolvimento econômico; assim, entende-se a relevância dessas empresas na economia brasileira, na geração de empregos e renda. “As MPes simbolizam ainda 99% das empresas existentes e cerca de 40% da massa salarial” (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019, p. 136).

Lemes Júnior e Pisa (2019) ressaltam que 20% do Produto Interno Bruto (PIB) é gerado por MPes e concorrem com as grandes empresas diretamente, pois são menos burocráticas e mais dinâmicas, uma vez que seus processos internos são reduzidos.

As MPes constituem a sustentação da economia brasileira. A legislação estabelece normas para o tratamento diferenciado e favorecido e os principais benefícios estão listados no Art. 146, 147 e 179 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), sendo eles:

- a) Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuição da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias.
- b) Desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária.
- c) Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- d) Simplificação do processo de abertura e encerramento das MPes.
- e) Facilitação do acesso ao crédito e ao mercado.
- f) Preferência nas compras públicas.
- g) Estímulo à inovação tecnológica.

- h) Incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios.
- i) Incentivo à formação de consórcio para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho.
- j) Regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização.
- k) Parcelamento de dívidas tributária para adesão ao Simples Nacional.

Por fim, Vitorino e Domingues (2011) relatam que uma das vantagens apresentadas pelas MPEs é a velocidade na tomada de decisões e a proximidade de seus gestores, tanto com o público interno como com o externo, o que possibilita aos clientes e colaboradores sentirem-se parte do negócio, como de fato são. Entretanto, um dos desafios dessas empresas é justamente crescer sem perder essa vantagem: “O desafio destas empresas é tornarem-se grandes, de forma profissionalizada, sadia, sem perder a proximidade de seu público e a rapidez na decisão” (VITORINO; DOMINGUES, 2011, p. 34). Compreender a importância da gestão financeira e da gestão do capital de giro do negócio é um fator de crescimento e encurtamento dos objetivos a longo prazo da empresa, tornando o negócio sustentável e seguro.

1.5 Administração Financeira

Para concretizar a comercialização de um produto de um artesão houve a necessidade de organização da sociedade, fazendo com que isso acontecesse de forma concreta, e foi daí que se iniciaram as relações financeiras e comerciais. Segundo Matias e Freitas (2012, p. 4) “a preocupação com finanças nos povos antigos surgiu em meio às reflexões filosóficas, que se ocupavam dos preceitos morais e religiosos e nas tarefas diárias”. Sendo assim, o estudo da gestão financeira foi impulsionado pela riqueza, distribuição de renda, posse de escravos e de bens, os empréstimos, a tributação e a troca das mercadorias no sistema de escambo.

“Na Idade Média, o cristianismo influenciou o comportamento humano e estabeleceu procedimentos em relação as Finanças” (MATIAS; FREITAS, 2012, p. 4). Matias e Freitas (2012) ainda destacam que a Igreja católica da época era quem mais fortemente influenciava nas decisões financeiras, mas com o crescimento das cidades e da população, essas acabaram criando autonomia própria, fazendo desta ocasião uma oportunidade para a criação das leis regulamentadoras para as transações financeiras como contratos, instrumentos, operações e títulos financeiros, instituições de crédito e de leilões que propiciaram uma evolução nas

transações financeiras. Atualmente os administradores tomam decisões de financiamento, de investimento e de dividendos para atingir o objetivo de maximizar o valor da empresa.

Nesse sentido, cabe conceituar finanças, que significa a ação de prover os meios de pagamento, incluindo o planejamento financeiro, estimativa de entradas e saídas de caixa, executando o controle financeiro (CHIAVENATO, 2014). A administração financeira, por sua vez, vai além de providenciar que as contas sejam pagas, sendo necessário executar ações para que a empresa tenha desenvolvimento e alcance os lucros desejados. Tem por objetivo maximizar o lucro e aumentar o seu valor de mercado (CHIAVENATO, 2014).

Já em relação à mortalidade das MPEs, ressalta-se que a administração financeira está diretamente relacionada a erros no planejamento, gerenciamento e comportamento do empreendedor. Para Lemes Júnior e Pisa (2019) algumas atitudes que levam a prospecção, por exemplo, antecipar fatos, buscar intensamente informações, persistir nos objetivos, ter um plano de ação para atingir metas e objetivos, saber aonde quer chegar, manter relacionamento com outras empresas, bancos, governo e entidades são essenciais para a saúde e manutenção dos negócios. O autor também relata alguns dos aspectos que podem levar à mortalidade das MPEs, sendo a falta de crédito para financiar o capital de giro, aumento dos impostos, falta de planejamento antes da abertura do negócio, desconhecimento do mercado, falta de definição do público alvo, ausência de motivação, falta de experiência do empreendedor, utilização dos recursos da empresa para pagamento de contas pessoais, desequilíbrio financeiro, crescimento desordenado das despesas operacionais, ausência de controle financeiro e de custos.

No que tange aos objetivos da gestão financeira, Chiavenato (2014) cita que os dois objetivos principais são tornar recursos financeiros lucrativos e líquidos concomitantemente, garantindo o equilíbrio entre rentabilidade e liquidez. Segundo o autor a rentabilidade é definida como a capacidade de o capital investido ou aplicado render, e a liquidez é a capacidade de um bem ou título dispor imediatamente em disponibilidade monetária.

Segundo Chiavenato (2014, p. 15)

rentabilidade é o grau de rendimento proporcionado por um determinado investimento e é alcançada à medida que o negócio da empresa proporciona maximização dos retornos dos investimentos feitos pelos proprietários ou acionistas.

Sendo assim, rentabilidade é definida como a capacidade de um capital investido render lucro. De acordo com Lemes Júnior e Pisa (2019, p. 217) liquidez “é a capacidade de transformar ativos (estoque, contas a receber, máquinas, equipamentos) em caixa”. Nesse sentido, é também a capacidade de honrar os compromissos na data prevista.

As empresas ‘quebram’ por terem problemas de liquidez, pois, se não houver dificuldade financeira, não há razão para quebrar. O principal objetivo da análise da liquidez de uma empresa reside em identificar sua capacidade de honrar seus compromissos de curto prazo. O relevante, entretanto, é identificar as causas que levam uma empresa a ter problemas de liquidez. O problema da dificuldade financeira decorre de ganhar pouco ou de gastar muito, ou ainda da combinação desses dois fatores. Entende-se, portanto, que a situação de liquidez de uma empresa é o efeito da combinação de diversos fatores de caráter operacional e de decisões estratégicas tomadas pela sua direção (MONTEIRO, 2003; GAZZONI, 2003; NEVES; PESSOA, 2006 *apud* SANTOS; FERREIRA; FARIA, 2009, p. 76).

A gestão financeira precisa criar valor para a empresa, aumentando a riqueza de seus proprietários, sócios ou acionistas ao mesmo tempo em que assegura sua sobrevivência, implementação e crescimento de mercado. Por seu turno, a gestão do capital de giro, que é tema deste trabalho, prioriza as operações do dia a dia como a disponibilidade de matéria-prima no estoque, operação de linha de produção de forma contínua, concessão de crédito aos clientes e cobrança dos atrasados, aproveitamento de vantagens de compra a prazo e descontos por pagamento antecipado, pagamentos dos funcionários, impostos e demais obrigações (CHIAVENATO, 2014).

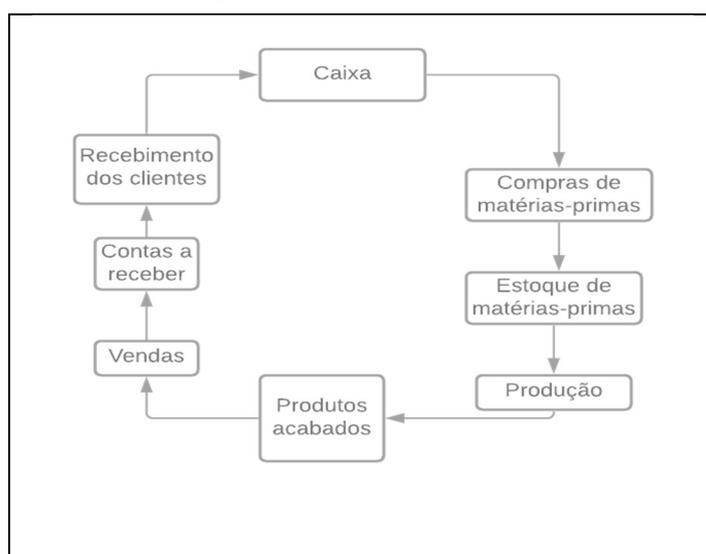
Para Ching, Marques e Prado (2010) o capital de giro é um recurso necessário para operacionalizar a empresa para que ela possa realizar seus negócios de compra e venda de mercadorias e materiais, estocando e vendendo à vista ou a prazo e no fim receber o dinheiro das vendas à vista e a prazo. Nesse meio-termo se terá que pagar os compromissos com fornecedores, aluguel, água, luz, telefone etc. O empresário necessita de capital inicial para os recursos do negócio e para realizar as operações antes de receber as vendas. À medida que o negócio começa a girar o lucro embutido na venda gerará caixa suficiente para pagar os compromissos, fazer retiradas e realizar novos investimentos.

A gestão do capital de giro está no entendimento do ciclo de conversão de caixa que, conforme Ching, Marques e Prado (2010), “é o período que abrange o momento que a empresa dispõe de material e trabalho no processo de produção até o momento que o dinheiro da venda é recebido”. Pode ser compreendido como tempo médio que o estoque fica parado dentro da

empresa (+), pelo prazo médio de recebimento das vendas da empresa (-) e prazo médio de pagamento das contas da empresa. A Figura 1 mostra o ciclo de conversão de caixa que envolve a compra de insumos para produção e transformação em produto acabado que aguarda no estoque até o momento da venda, denominado como prazo *médio de estoque* (PME). O período entre a venda do produto e prazo de *recebimento denominado* (PMC) em que a diferença entre o pagamento dos insumos e a entrada de caixa decorrente da venda é o ciclo de conversão de caixa.

Cada empresa tem o seu ciclo de caixa, que pode variar enormemente com as oscilações de mercado e com a própria natureza do negócio da empresa. Uma empresa com curto e rápido ciclo de caixa tem um capital de giro capaz de girar mais vezes durante o ano. A empresa com um longo e demorado ciclo de caixa não tem condições de girar rapidamente seu capital de giro (CHIAVENATO, 2014, p. 65).

Figura 1 – Ciclo de Conversão de Caixa.



Fonte: Elaboração própria.

“Os pequenos negócios têm número limitado de opções de financiamento e menos acesso ao mercado de capital. Isso os torna fortemente dependentes de créditos de curto prazo, como fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários” (CHING; MARQUES; PRADO, 2010, p. 181).

O ciclo operacional auxilia na tomada de decisão e gestão do caixa permitindo antecipar a necessidade de capital de giro aumentando sua eficiência. No ciclo operacional é possível identificar os diversos prazos desde a compra da matéria-prima ou mercadoria até o

recebimento das vendas, envolvendo o ciclo financeiro que vai desde o pagamento a fornecedores até o recebimento das vendas (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019). O planejamento financeiro para os meses subsequentes, tendo como base as vendas diárias do ramo de negócio, são essenciais para prevenir estoque e programar gastos e pagamentos. Assim, conforme Lemes Júnior e Pisa (2019), mesmo com pouca experiência, é possível gerir minimizando a velocidade das contas a pagar e a velocidade do dinheiro disponível em caixa.

O fluxo de caixa demonstra como a empresa está se comportando quanto aos recebimentos e aos pagamentos de suas operações. Segundo Chiavenato (2014, p. 68) o fluxo de caixa “é um demonstrativo financeiro que identifica as entradas e saídas de caixa originadas pelas atividades operacionais”. A utilização dessas ferramentas possibilita o planejamento de caixa e orçamentário a curto prazo, uma vez que se tem a visão dos recebimentos e dos pagamentos, previsões, decisão de investimento entre outras. O fluxo de caixa possibilita também o planejamento, gerenciamento e controle das entradas e saídas de caixa que normalmente são elaborados em planilhas.

“A gestão do capital de giro de qualquer empresa é minimizar o tempo entre o desembolso com a compra de materiais e o recebimento das vendas” (CHING; MARQUES; PRADO, 2010, p, 181). Dessa forma, as decisões que envolvem capital de giro envolvem gestão do caixa e dos estoques, política de crédito e cobrança dos recebíveis, empréstimo de curto prazo e financiamento de recebíveis.

1.6 A Gestão do Capital de Giro nas MPEs

Segundo Braga *et al.* (2004) a falta de recursos financeiros é apontada como uma das maiores dificuldades com que convivem as MPEs; por sua vez, esse é um fator que limita os investimentos necessários para que essas empresas se desenvolvam ou, até mesmo, sobrevivam.

No tocante à gestão do Capital de Giro um dos principais problemas enfrentados é a inadimplência, fazendo com que o gestor procure fontes alternativas para honrar compromissos, ocorrendo assim o descasamento entre o prazo de pagar e receber (LEMES JÚNIOR; PISA, 2019).

Outro fator relatado por Trindade *et al.* (2010) é a oscilação nas vendas, provocando efeitos negativos no fluxo de caixa da empresa. Para efeitos de incremento no capital de giro

são utilizados comumente empréstimos, fornecedores com prazo e até mesmo os próprios clientes que realizam compras à vista ou com curto prazo, gerando, assim, aumento de caixa.

De acordo com o SEBRAE (2007) os próprios empresários apontam como principal fator do encerramento das atividades a carga tributária alta e a gestão do capital de giro; nesse sentido, Resnik (1990) aponta como consequências das limitações financeiras a perda da confiança e do moral do empresário; a elevação dos preços ou sua drástica redução, em ato de desespero do empresário, colocando-os fora da realidade do mercado; a má remuneração de funcionários; o não-pagamento de impostos e a falta de fundos para sanar contingências.

Gerenciar uma empresa seja ela grande ou pequena, exige que as pessoas à frente destas organizações se deparem, a todo o momento, com escolhas, assim fica evidente que as informações bem utilizadas levarão a empresa ao sucesso. Muitas vezes há uma informação simples, com uma repercussão incrível, em outros casos, há uma busca numa infinidade de dados que não geram nenhuma informação, ou quando geram já não se caracterizam relevantes (LUCENA, 2004, p.21).

É imprescindível, na medida que as empresas começam a crescer, o controle e projeção de contas a receber e contas a pagar. Contas a receber diz respeito às atividades de vendas a prazo, representando os direitos adquiridos por vendas de bens e serviços diretamente ligados com a receita da empresa (ZENNI, 2007).

Para Assaf Neto e Silva (2002) existem cinco razões para a ocorrência de vendas a prazo pela empresa: a) acesso desigual de consumidores e compradores ao mercado de capitais; b) a existência de crédito garante informações para o cliente, pois ele pode verificar a qualidade do produto antes de pagá-lo; c) reduz problemas de períodos de sazonalidade e d) a venda a prazo representa um ótimo negócio devido ao crédito.

Contas a pagar envolve principalmente a reposição do estoque e a manutenção geral da empresa, caracterizando suas obrigações; as compras efetuadas à vista são pagas no ato da compra e a prazo são incluídas nas contas a pagar, ambas são importantes para a manutenção do capital de giro (ZENNI, 2007).

“O controle de contas a receber deve ser combinado com o controle das saídas de recursos, pois ambos deveriam estar sincronizados para não prejudicarem o capital de giro da empresa” (ZENNI, 2007, p. 32.).

Por fim, o gerenciamento e controle de contas a receber e a pagar pretende demonstrar ao gestor seus direitos e deveres diminuindo a incerteza e aumentando a exatidão das

informações, seja por planilhas ou *softwares* uma vez que estarão visíveis as informações de recebimento, de realizar a devida cobrança e os pagamentos e de provisiona-los, aumentando o controle das operações.

2. METODOLOGIA

O presente estudo versa sobre uma pesquisa com MPEs da cidade de Arinos-MG. Nesse sentido, a pesquisa se caracteriza, segundo a abordagem do problema, como quantitativa e, segundo seus objetivos, como descritiva.

A pesquisa quantitativa busca a precisão dos resultados evitando distorções na etapa de análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação às inferências obtidas (GODOY, 1995). Segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva tem a finalidade de registrar, analisar e interpretar sem que o pesquisador interfira. A pesquisa quantitativa neste estudo se justificou na medida em que se objetivou compreender a prática de gestão do capital de giro e suas limitações na realidade investigada, buscando verificar e explicar a influência sobre as variáveis pesquisadas e obter resultados exatos mediante análise da frequência de incidência; e a descritiva por descrever os fatores que interferem e dificultam a gestão de capital de giro.

A pesquisa foi desenvolvida com gestores de capital de giro de MPEs da cidade de Arinos-MG. A cidade de Arinos está localizada no Noroeste do Estado de Minas Gerais, há uma distância de 657,30 km da capital mineira e 269,70 km da capital do país. A cidade possui 17.875 mil habitantes com PIB de 11.260,49 (IBGE, 2017).

Segundo o SEBRAE (2020), em Arinos/MG existem 455 empresas, sendo 421 microempresas e 34 empresas de pequeno porte, 243 são de comércio, 147 de serviços, 29 de construção civil, 27 indústrias e 9 agropecuárias. Existem ainda 463 empresas do tipo MEI em que 193 estão atuando no comércio, 193 em serviços, 48 em indústrias, 28 em construção civil e 1 em agropecuária.

A atividade econômica em maior destaque é o comércio varejista de vestuário e acessórios, com 31 empresas e comércio varejista de mercadorias em geral com 29 empresas.

Em relação aos participantes da pesquisa, foi enviado um questionário aos 29 gestores de MPEs da cidade Arinos-MG que atuam no comércio varejista de mercadorias em geral. As

empresas selecionadas, cujos gestores participaram da pesquisa, precisaram apresentar características consideradas importantes e fundamentais para a compreensão dos fatores que interferem e dificultam na gestão de capital, quais sejam:

a) ser de micro ou de pequeno porte de acordo com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas 123/2006;

b) ser da cidade de Arinos;

c) possuir mais de 3 anos de existência e

d) realizar vendas a prazo.

O critério de seleção de empresas com mais de 3 anos foi adotado porque acredita-se que este grupo está no período de maior expansão dos negócios e, conseqüentemente, ultrapassaram os períodos de maior risco de mortalidade empresarial.

O instrumento de pesquisa utilizado foi um formulário estruturado elaborado via ferramentas do Google Forms no link <https://forms.gle/gYyhn7D4vF1obsfA6> e enviado via WhatsApp para os comerciantes. O formulário foi elaborado considerando os aspectos constantes nos objetivos geral e específicos e a revisão de literatura apresentada. Para tanto, indagou-se acerca de problemas e dificuldade na gestão de capital e giro nas MPEs, partindo-se dos seguintes elementos:

a) **Informações sobre a empresa:** qual o porte, ramo de atividade e há quanto tempo está em atividade.

b) **Dados do respondente:** qual o gênero, formação, idade e há quanto tempo reside em Arinos-MG.

c) **Qualificação do gestor de capital de giro:** sabe o que é capital de giro, qual a experiência em gerir capital de giro.

e) **Gestão de capital de giro:** as ferramentas utilizadas para mensurar e gerir o capital de giro e quais os problemas enfrentados que contribuem para a necessidade de capital de giro.

f) **Gestão de estoque:** como é realizada a gestão de estoques e se a empresa tem inventário de estoque.

i) **Restrições financeiras:** necessidade de empréstimo ou financiamento e dificuldade em captar recursos com instituições financeiras e quais os motivos.

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2021 e os dados passam a ser apresentados, analisados e discutidos na seção seguinte.

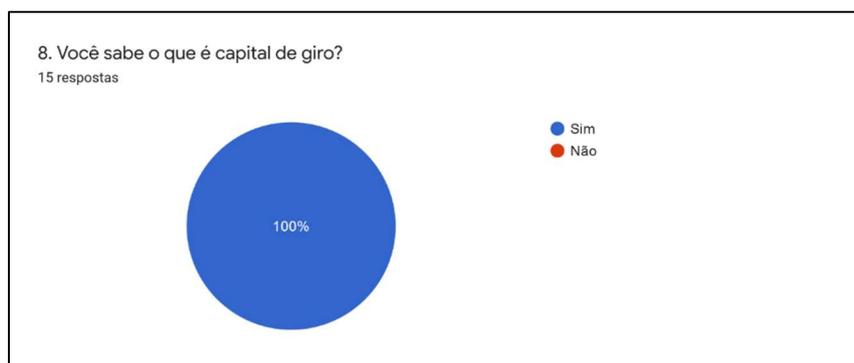
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme o trajeto metodológico apresentado, os dados foram coletados entre os dias 01 e 11 de abril de 2021 por meio de formulários do Google Formulários enviados via WhatsApp para 29 pequenos e microempresários da cidade de Arinos/MG do ramo de comércio e varejo de alimentos e produtos em geral. Ressalta-se que dos 29 formulários enviados, foram devidamente respondidos e devolvidos 15.

Inicialmente, questionou-se aos participantes da pesquisa acerca dos dados de perfil: gênero, idade, formação, tempo de residência na cidade de Arinos, ramo de atividade, porte da empresa e tempo de atividade no mercado. Quanto ao gênero, os dados revelam que a maioria, são do gênero masculino totalizando 11 pessoas, que corresponde a 73,3%, o público feminino apresenta 4 pessoas e corresponde a 27,7% dos pesquisados. Com relação a idade 02 duas pessoas responderam ter 26 anos e os demais entre 21 a 56 anos; sobre o seu grau de instrução, 7 participantes afirmaram possuir Ensino Superior Completo e 4 pessoas com Ensino Médio Completo, 2 com ensino Superior Incompleto e 1 pessoa com Pós graduação e 1 com Ensino Fundamental Incompleto. Quando questionado há quanto tempo reside em Arinos-MG, 40% responderam residirem em Arinos há mais de 40 anos e os outros 60% estão entre 5 anos e 39 anos. Ainda sobre o ramo de atividade, 66,7% responderam que atuam no comércio, sendo micro empresas, ou seja, 10 participantes atuam no comércio e são microempresas, e 33,3% empresas de pequeno porte e prestação de serviço. O tempo de atividade das empresas predominante são as de 10 anos ou mais conforme afirmaram 60% dos participantes de 3 a 5 anos 26,7% e 6 a 10 anos 13,3%.

Em relação ao capital de giro, ou seja, se os questionados sabem o que é, a Figura 2 apresenta os resultados. Todos os respondentes afirmaram saber o que é capital de giro.

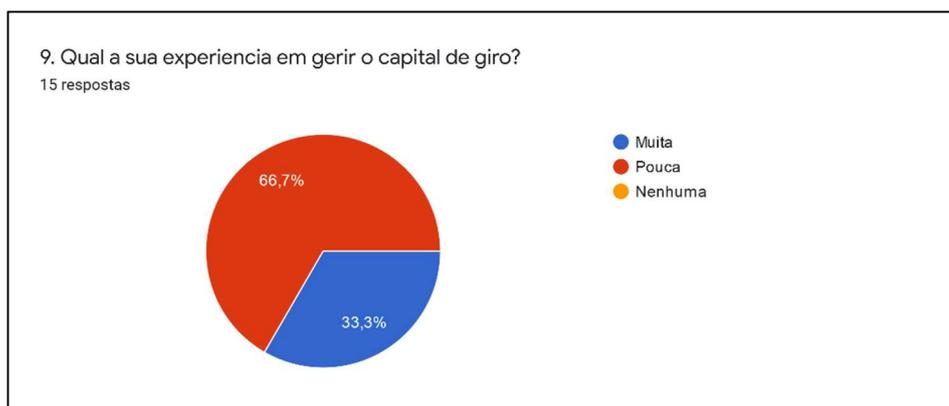
Figura 2 – Sabem o que é Capital de Giro.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ao responderem sobre a experiência em gerir o capital de giro a Figura 3 mostra o resultado. Conforme os dados, 66,7% têm pouca experiência o que corresponde a 10 respostas e 33,3% muita experiência correspondendo a 5 respostas.

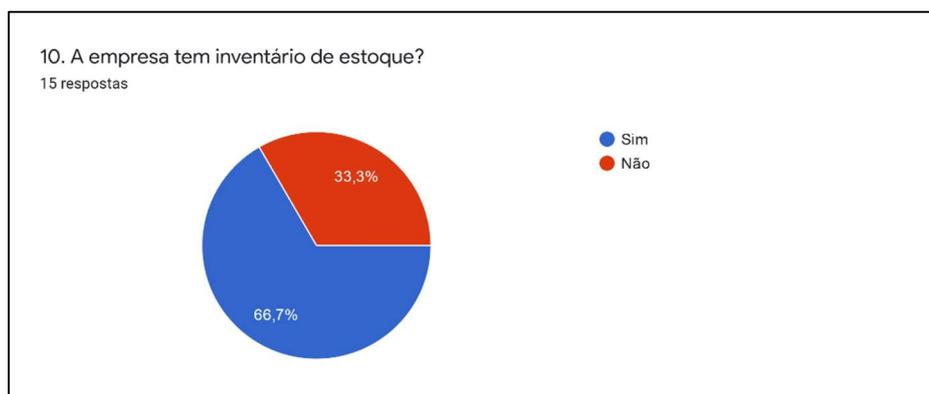
Figura 3 – Experiência e Gerir o Capital de Giro.



Fonte: Dados da pesquisa.

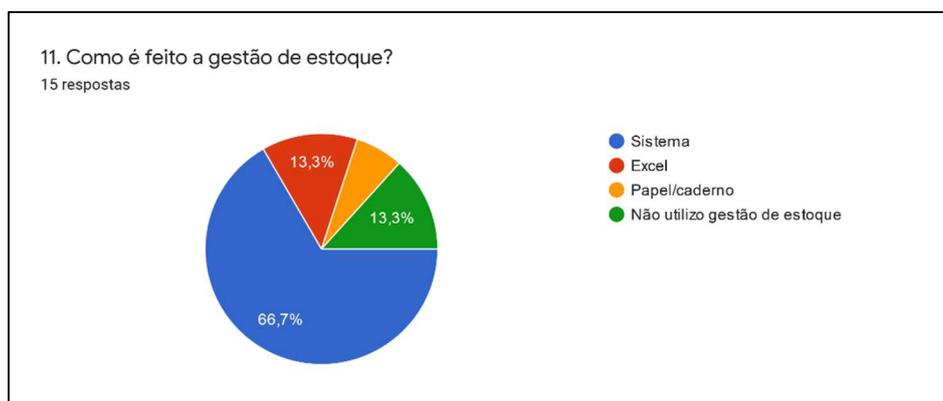
As Figuras 4a e 4b mostram que 66,7% têm inventário de estoque e realizam a gestão de estoque por sistema, correspondendo a 10 respostas, sendo assim, as mesmas empresas que tem inventário de estoque realizam o inventário via sistema. A utilização de *softwares* e planilhas possibilita o planejamento de caixa e orçamentário a curto prazo com visão dos recebimentos e pagamentos, previsões e além da tomada de decisões sobre investimentos.

Figura 4a – Existência de Inventário de Estoque.



Fonte: Dados da pesquisa.

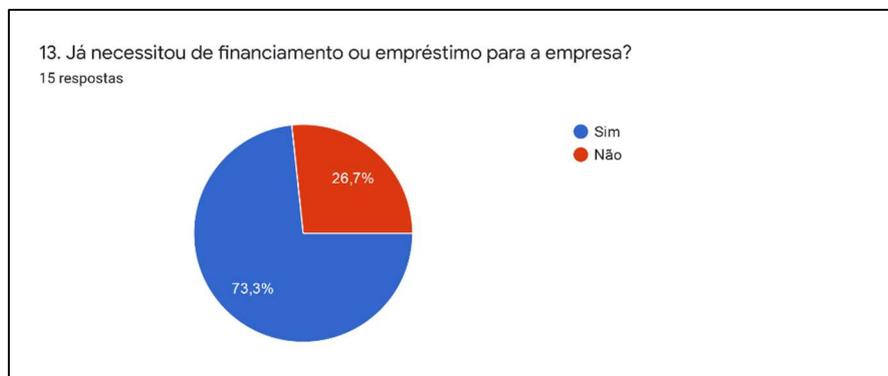
Figura 4b – Formas de Gerir o Estoque.



Fonte: Dados da pesquisa.

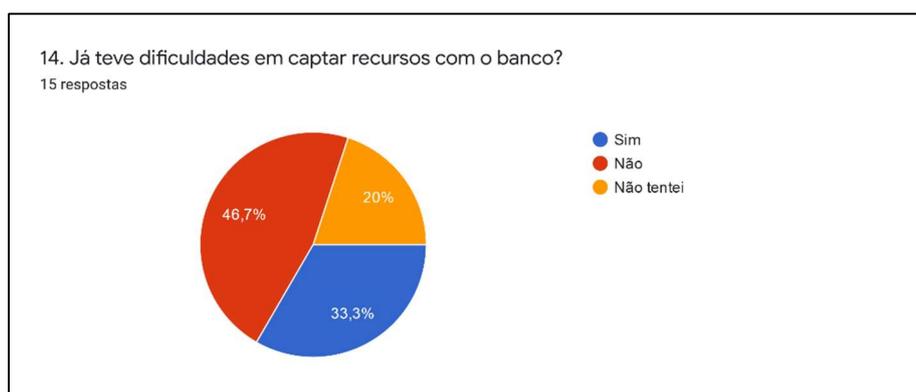
Quando questionados se já houve a necessidade de financiamento ou empréstimo, 73,3% responderam que sim, conforme demonstra a Figura 5. A Figura 6 apresenta dados relacionados às dificuldades em captar recursos em instituições financeiras (bancos); conforme os dados 33,3% tiveram dificuldades em captar recursos e 20% não tentaram. Sendo assim, Trindade *et al.* (2010) relata que empréstimos podem ser utilizados para efeitos de incremento de capital de giro. Para Braga *et al.* (2004) a falta de recursos financeiros é apontada como uma das maiores dificuldades para as MPEs, sendo um fator limitante e dificultando o investimento para que a empresa continue existindo.

Figura 5 – Necessidade de Financiamento ou Empréstimo.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Dificuldades em Captar Recursos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após responderem se já tiveram dificuldades em captar recursos, indagou-se sobre quais foram as dificuldades encontradas. Como respostas os gestores apontaram a burocracia, o faturamento baixo e juros altos, as empresas relativamente novas ou não possuem conta em instituição financeira e cumprir as exigências requeridas. Conforme Ching, Marques e Prado

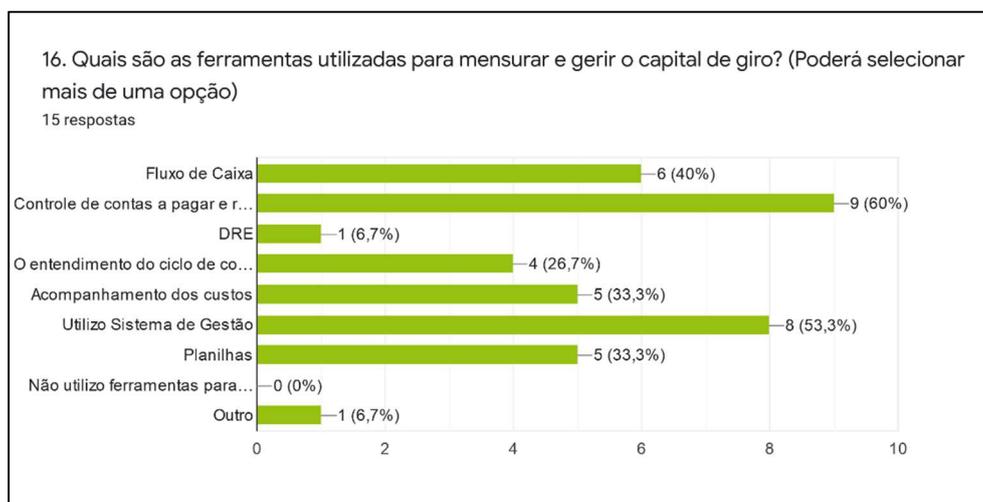
(2010) os pequenos negócios têm poucas opções de financiamento e menos acesso a empréstimos e financiamentos. Pode-se observar que os pequenos negócios têm dificuldades em captar recursos com instituições financeiras, logo, percebe-se que um dos fatores limitantes é o acesso ao mercado de capitais que impede que o gestor continue honrando seus deveres enquanto não recebeu dos clientes.

As ferramentas mais utilizadas para mensurar e gerir o capital de giro é o controle de contas a pagar e receber com 60% das indicações pelos participantes e o sistema de gestão para tomar decisões sobre capital de giro, com 53,3% das indicações (FIGURA 7).

Para Zenni (2007) o controle de contas a pagar e receber deve ser sincronizado para não prejudicar o capital de giro e o gerenciamento dessa ferramenta pretende demonstrar seus direitos e deveres diminuindo a incerteza e aumentando a exatidão das informações, seja por *softwares* ou planilhas. O Fluxo de Caixa é utilizado por 40% dos participantes, planilhas e acompanhamento dos custos por 33,3%. Segundo Chiavenato (2014) o fluxo de caixa possibilita o planejamento de caixa e orçamentário a curto prazo, o planejamento, gerenciamento e controle das entradas e saídas de caixa que normalmente são elaborados em planilhas.

O ciclo de conversão de caixa é praticado por 26,7% dos pesquisados, sendo necessário o aprofundamento e interesse dos empresários em conhecer o ciclo de conversão de caixa pois é possível identificar os diversos prazos desde a compra da matéria-prima ou mercadoria até o recebimento das vendas, envolvendo o ciclo financeiro que vai desde o pagamento a fornecedores até o recebimento das vendas (LEMES; JUNIOR; PISA, 2019).

Figura 7 – Ferramentas Utilizadas para Mensurar o Capital de Giro.

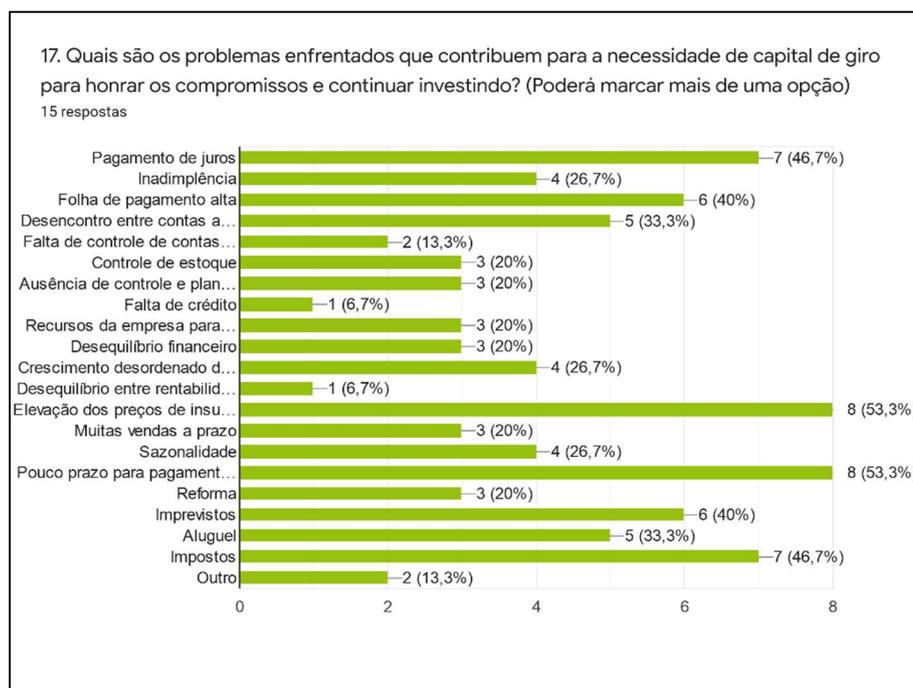


Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre os problemas enfrentados que contribuem para a necessidade de capital de giro e honrar compromissos a Figura 8 apresenta os dados, evidenciando a elevação dos preços de insumos, o pouco prazo para pagamento de fornecedores, o pagamento de juros, os impostos e imprevistos.

Contudo, pode-se afirmar a partir da Figura 8 que apenas 3 empresários consideram que as reformas, muitas vendas a prazo, desequilíbrio financeiro, recursos das empresas para pagamentos de contas pessoais, controle de estoque e ausência de controle e planejamento são problemas ao que contribuem para a necessidade de capital de giro. Logo, acredita-se que evitam pagar contas pessoais com recurso da empresa, tem equilíbrio financeiro, não tem problemas com o controle de estoque e planejamento. Apenas 1 empresário afirmou ter desequilíbrio entre rentabilidade e liquidez e 4 empresários afirmaram a inadimplência como um problema, podemos observar que uma das limitações do capital de giro se dá por fatores externos da organização como a elevação dos preços de insumos e pouco prazo para pagamento de fornecedores que pode ser negociado, mas ainda é um desafio para o gestor tentar melhores prazos e preços. De acordo com o SEBRAE (2007) os empresários apontam como fator de encerramento das atividades a carga tributária e a gestão do capital de giro e Resnik (1990) aponta o não-pagamento de impostos, a elevação dos preços e, conseqüentemente, o desespero do empresário.

Figura 8 – Problemas que contribuem para a Necessidade de Capital de Giro.



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, os problemas enfrentados que contribuem para a necessidade de capital de giro para honrar os compromissos e continuar investindo no negócio devem ser avaliados e estudados para cada situação em particular uma vez que cada empresário tem uma realidade diferente e suas particularidades.

4. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou evidenciar os fatores limitantes na gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas na cidade de Arinos-MG. O conjunto dos dados aponta, de forma geral, que as limitações, os fatores que contribuem e os problemas enfrentados giram em torno do pouco prazo para pagamento de fornecedores, pagamento de juros e impostos além da necessidade de empréstimo e a burocracia para captar recursos, além de não ter disponibilidade dos documentos exigidos pela instituição financeira.

Constatou-se que os objetivos propostos foram atingidos uma vez que compreendeu-se os fatores limitantes da gestão do capital de giro expostos acima. Quanto ao perfil, ressalta-se que os participantes foram do gênero masculino, com média de idade de 35 anos e com ensino superior completo, moram em Arinos-MG há 23 anos em média, suas empresas atuam no

comércio e são classificadas como microempresas há mais de 10 anos, conforme afirmaram 60% dos participantes; os instrumentos, ferramentas e metodologias utilizadas giram em torno do controle de contas a pagar e receber, sistema de gestão de estoque para inventário, fluxo de caixa, acompanhamento dos custos e planilhas através de softwares que auxiliam na tomada de decisão. Em relação às fontes do capital de giro, 73,3% dos participantes já necessitou de empréstimo ou financiamento para pagamento de juros, por conta do aumento do preço dos insumos, do pouco prazo para pagamento de fornecedores e em razão de impostos.

Os dados revelam necessidade de os gestores procurarem meios para viabilizar melhorias a curto prazo como a negociação de novos prazos com fornecedores, o levantamento dos juros pagos atualmente pelas empresas e avaliarem seus motivos uma vez que apenas 4 participantes responderam terem inadimplência e apenas 1 participante está na situação de desequilíbrio, entre rentabilidade e liquidez.

Embora se tenha alcançado os objetivos do estudo, ele apresenta algumas limitações. O fato de não se ter tido contato direto com os gestores, por meio de entrevistas, interferiu na possibilidade de conhecer mais sobre a gestão do capital de giro em MPEs e os fatores que limitam essa gestão.

Outra limitação foi o fato de quase a metade dos participantes do estudo não terem respondido ao formulário. Certamente isso dificulta a possibilidade de uma maior generalização dos dados. Nesse sentido, sugere-se que outros estudos sejam desenvolvidos com os outros seguimentos, não apenas com as MPEs do ramo de comércio e varejo de alimentos e produtos em geral. Isso possibilitaria resultados mais amplos e, por consequência, melhor compreensão da questão aqui levantada.

Em detrimento das limitações, este estudo pode contribuir para a reflexão dos participantes em desenvolver novas ferramentas e habilidades para gerir o capital de giro, contribui também como acervo de material científico com dados da região estudada e como ponto de partida para novos estudos.

Por fim, os resultados alertam para a necessidade de desenvolvimento dos gestores no sentido de entender processos burocráticos, buscar a qualificação constante e o

aperfeiçoamento, da prática para que possam enfrentar as limitações com o mínimo de impacto sobre a organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre e SILVA, César A. Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO-BNDES. **Classificação de porte dos clientes**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. > Acesso em: 1 jan. 2021.

BRAGA, R.; MARQUES, J. A. V. C. Avaliação da liquidez das empresas através da análise da demonstração de fluxos de caixa. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: FIECAFI, v. 14, n. 25, p. 6-23, 2001.

BRAGA, R.; NOSSA, V.; MARQUES, J.A.V.C. Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas. **Revista Contabilidade & Finanças, edição especial**, p. 51-64, jun. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 496 p.

BRASIL, **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/06/2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128/08, de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 07/01/2021.

BRASIL. **LEI Nº 10.406, 10 DE JANEIRO DE 2002**. Novo Código Civil Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em 7 jan. 2021.

CHIAVENATO, I. **Gestão financeira: uma abordagem introdutória**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e finanças: para não especialistas**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

CORRÊA, A. C. C. **Os fatores determinantes da geração de valor em empresas não financeiras de capital aberto brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto,

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-11062012-145430/pt-br.php>>
Acesso em: 20 dez. 2020.

DUTRA, I. S.; PREVIDELLI, J. J. **Fatores condicionantes da mortalidade de empresas: um estudo dos empreendedores de micro e pequenas empresas paranaenses.** Revista Capital Científico -Eletrônica, v. 3, n. 1, p. 29-50, 2005. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/608>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

FERREIRA, C. C. *et al.* Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 863-884, jun. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. A. Introdução à pesquisa qualitativa. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr.1995.

HOJI, M. **Administração financeira:** matemática financeira aplicada, estratégias. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA-IBGE. **Censo demográfico.** 2017. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/arinos.html>> Acesso em 10 de fev. de 2021.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **ADMINISTRANDO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

LUCENA, W. G. L. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micros e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama Agreste Pernambucano.** 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Programa Multinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. - Convênio UnB, UFPB, UFPE e UFRN, João Pessoa, 2004. Disponível em: <http://www.ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_039.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MATIAS, A. B.; FREITAS, Z. C. **A Evolução do pensamento financeiro:** Uma investigação sobre a teoria desde o início das civilizações até a atualidade. Amapá: McGraw Hill, 2012. Disponível em: <http://www.cepefin.org.br/publicados_pdf/evolucao_pensamento_financeiro.pdf>. Acesso em 18 jan. 2021.

NEVES, J.A.D.; PESSOA, R.W.A.P. Causas da mortalidade de micro e pequenas empresas: o caso das lojas de um Shopping Center. **Revista Organizações em Contexto**, n.4, p. 165-195, dez. 2006.

RAUPP, Elena Hahn. Estratégias de gestão com inovações tecnológicas e organizacionais para as pequenas e médias empresas. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 2002, n. 109, p. 15-32.

RESNIK, Paul. **A Bíblia da pequena empresa: como iniciar com segurança sua pequena empresa e ser muito bem-sucedido**. São Paulo: Makron Books, 1990.

SANTOS, Hanrielle Abreu da Silva; DELFINO, Alzemar José. **Gestão do Capital de Giro: Estudo de Caso em Uma Microempresa de Ituiutaba - MG**. 2019. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faces-Ufu, Ituiutaba, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/25566/1/GestaoCapitalGiro.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2021.

SANTOS, Luciana Pucci; WAGNER, Ricardo. IMPOSIÇÃO A MICRO EMPRESA DE CAPITAL DE GIRO PELO MERCADO. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2., 2005. Uberlândia. 2005. p. 435-449. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/265_SEGET%20versaofinal.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, L. M. dos; FERREIRA, M. A. M.; FARIA, E. R. de. Gestão financeira de curto prazo: características, instrumentos e práticas adotadas por micro e pequenas empresas. **Revista de Administração da Unimep**, Piracicaba, v. 7, n. 3, p. 70-92, 04 dez. 2009. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4337/gestao-financeira-de-curto-prazo--caracteristicas--instrumentos-e-praticas-adotadas-por-micro-e-pequenas-empresas/i/pt-br> >. Acesso em: 20 jan. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Causa mortis: o sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida**. São Paulo. 2014. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/\\$File/5712.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/333000e30d218194165cd787496e57f9/$File/5712.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Definição de porte de estabelecimento segundo o número de empregados**. Disponível em: <www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/MPE_conceito_empregado_s.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil (2014). Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/portalsebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresasgeram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410vgnvcm2000003c74010arcrd>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE.
Total de empresas brasileiras. 2020. Disponível em:
<<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TRINDADE, Marcos. *et al.* **Gestão do capital de giro em micro e pequenas empresas.** Sergipe, IPEA. 2010.

VITORINO, S. L.; DOMINGUES, L. H. M. R. YOSHITAKE, M. *et al.* **Financiamento do capital de giro das micro e pequenas sob a ótica do conhecimento dos empreendedores no município de Monlevade/MG.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, Fortaleza, 2009. v. 1, p. 1-16. Disponível em:<
<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/925/925>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ZENNI, José Carlos. **Sistema de controle interno das contas financeiras em uma empresa de pequeno porte.** 50 folhas. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.